

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Estudo Técnico Preliminar 51/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 71000.015101/2024-17

2. Descrição da necessidade

1. Atualmente os serviços de garantia da qualidade, no âmbito da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, são prestados por meio do Contrato Administrativo nº 54/2020, que apoia todas as Coordenações-Gerais da STI na entrega de bens e serviços de TI. O referido Contrato, firmado por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço), foi aditivado em 24,22%, dentro do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, contando, atualmente, com 59 postos preenchidos. Contudo, este montante tem se mostrado insuficiente frente à crescente demanda por serviços de TI.
2. Além disso, o Contrato Administrativo nº 54/2020 completará 60 meses de vigência em 31/12/2025, exaurindo qualquer possibilidade de prorrogação, a descontinuidade dos serviços pode comprometer gravemente as entregas da STI, impactando todo o Ministério.
3. Cabe ressaltar, que os níveis de maturidade de gestão e governança de TI do órgão, aferidos nos últimos levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU, apontam para a necessidade de melhoria dos indicadores, que refletem a qualidade dos serviços e o alcance das metas propostas no PDTI/MDS 2023/2027.
4. Ressalta-se que a contratação em tela possui relevante interesse institucional, sendo que a não contratação representa risco, não apenas à área de TI, mas pode impactar indiretamente a consecução das metas e objetivos institucionais do MDS.
5. Assim, tendo em vista o grande desafio institucional e o efetivo aumento da necessidade de bens e serviços de TI, que impactam diretamente a quantidade de projetos, processos e contratos sob a gestão da STI, em contraposição à insuficiência do quadro de servidores, faz-se necessária uma nova contratação para substituir o Contrato vigente, provendo os serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação, nos termos do Art. 3º, § Único, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 regida pela Lei nº 14.133, de 2021.

MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

6. Institucionalizar a transformação digital do MDS, modernizar e integrar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e suportar com qualidade a escalada dos serviços prestados é parte dos objetivos estratégicos, presentes no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

7. Para cumprir sua missão institucional, cabe à STI desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da infraestrutura tecnológica e entrega de serviços eficientes, para apoiar as áreas finalísticas na consecução das políticas do órgão.
8. Para isto, é necessário fortalecer a governança de TI e melhorar os processos de planejamento, gestão e avaliação da qualidade das soluções de TI, provendo infraestrutura, sistemas e gestão de dados e informações com qualidade e eficiência. conforme explicitado no PDTI/MDS 2023 /2027:

A Tecnologia da Informação (TI) estratégica é uma necessidade devido ao seu protagonismo nos processos, na governança, na gestão e no atendimento às políticas públicas desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Uma atuação mais analítica e propositiva da TI de atendimento às necessidades impostas pela transformação digital, pelas inovações tecnológicas, pelos serviços públicos e a forma de atendimento às necessidades do cidadão. Desta forma, **a TI avança gradativamente por todos os setores do complexo organizacional/administrativo, como instrumento de operação de processos e de governança e de gestão**, e, começa a participar das decisões institucionais e do desenvolvimento e atendimento às políticas públicas e à missão institucional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

A TI vem se tornando cada dia mais indispensável na vida das pessoas e das organizações. O cenário atual demonstra um universo de informações disponíveis e de mudança nas formas de interação e de conexão com o cidadão e com os órgãos e entidades, exigindo o desenvolvimento de novos referenciais e capacidades para viabilizar práticas de transformação digital, no sentido de ampliar a capacidade de resposta que a Administração Pública deve ter na interação com a sociedade.

Com foco na inovação e no emprego intensivo de recursos de tecnologia da informação, de conexão e de ativos de informação e de conhecimento, como forma de promover maior celeridade no atendimento das demandas dos cidadãos, melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados, ampla efetividade na aplicação dos recursos públicos, promover a transparência nas ações governamentais e elevar os níveis de maturidade da governança e gestão da tecnologia da informação, segurança da informação e da proteção de dados deste Ministério.

Vale ressaltar que a transversalidade da TI sobre vários eixos da organização, permeando todas as suas unidades administrativas e buscando arranjos aderentes a nova ordem de uma Administração Pública que prima pela melhor gestão dos recursos e pela maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um adequado planejamento de TI, o qual viabilize e potencialize os objetivos estratégicos institucionais e as demandas sociais relacionadas às políticas públicas exercidas pelo MDS., há necessidade de superar condições organizacionais, marcadas por excesso de processos.

9. Conforme consta no Plano Estratégico Institucional - PEI MDS 2023-2026 a STI é a unidade responsável pelo cumprimento do Objetivo 11, cujas seguintes metas se relacionam à necessidade de fortalecimento da gestão, governança e segurança da informação:

Objetivo Estratégico 11 - **Institucionalizar** a transformação digital do MDS, modernizar e integrar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e suportar com qualidade a escalada dos serviços prestados.

Meta 11.1: Aumentar os níveis de maturidade de segurança da informação e de proteção de dados do Ministério, até 2026;

Meta 11.6: Aumentar os níveis de maturidade de governança da tecnologia da informação, até 2026;

Meta 11.8 - Automatizar processos e criar ambientes de trabalho mais digitais; e

Meta 11.14: Manter a infraestrutura de TIC compatível e aderente com as ações de transformação e sustentação digital do MDS.

10. Por sua vez, o PDTI 2023-2027 prevê as seguintes ações para atingimento das referidas metas:

Implementar o processo de inventário dos ativos de informação

Implementar o processo de Gestão de Continuidade dos Serviços

Atualizar proposta de Metodologia de Processo de TIC

Implementar a Metodologia de Gerenciamento de Projetos do MDS

Mapear os processos institucionais (analisar o que pode ser simplificado, eliminado ou automatizado; identificar os gargalos e pontos de retrabalho; ajustar os processos melhorando a eficiência)

11. Somando-se a isto, o diagnóstico de necessidades de bens e serviços de TI (Processo nº 71000.057490/2023-69) aponta para o aumento da necessidade de soluções de TI, que em grande parte serão providas por novas contratações, o que demanda o efetivo aumento da força de trabalho indispensável ao acompanhamento dos serviços, gestão e fiscalização dos contratos de TI.
12. Ressalta-se que o quadro atual de servidores responsáveis pelas atividades de gestão e fiscalização dos contratos de responsabilidade da STI encontra-se reduzido a apenas 30 servidores. Estes servidores atuam como gestores e fiscais (requisitante, técnico e substitutos) dos 26 contratos vigentes, no momento, além do planejamento de pelo menos 30 novas contratações. Junte-se a isto, as atividades de acompanhamento das demandas, gestão de projetos, gestão de equipes, resolução de conflitos, atendimento às demandas de informação interna e externa, demandas de auditorias de órgão de controle, segurança da informação, planejamento estratégico etc.
13. Diante de todos os fatores apontados, resta patente a necessidade de fortalecimento dos serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de TI. Por outro lado, considerando que o Contrato Administrativo nº 54/2020 exauriu qualquer possibilidade de prorrogação, pois completará 60 meses de vigência em 31/12/2025, verifica-se que a descontinuidade dos serviços pode comprometer gravemente as entregas da STI, impactando todo o Ministério.
14. Assim, considera-se que a contratação em tela possui relevante interesse institucional, sendo que a não contratação representa risco, não apenas à área de TI, mas pode impactar também a consecução das metas e objetivos institucionais do MDS.
15. As condições da contratação e pagamento estabelecidos pela Administração são semelhantes as do setor privado.

3. Necessidades de Negócio

1. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS foi criado por meio do Decreto nº 11.392 de 20 de janeiro de 2023, sendo responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país e também é gestor do Fundo Nacional de Assistência Social. A Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI), ligada diretamente à Secretaria Executiva, é responsável, dentre outras atribuições, pelo planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades relacionadas com o desenvolvimento, a contratação e a manutenção das soluções de tecnologia da informação no âmbito de todo o MDS.

2. A fim de cumprir sua missão institucional, "prover suporte aos programas e políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome por meio de soluções tecnológicas alinhadas às necessidades institucionais, simplificando o acesso ao cidadão aos serviços públicos e possibilitando uma experiência digital inovadora e intuitiva", a Subsecretaria de Tecnologia da Informação tem envidado esforços para entregar bens e serviços com a eficácia e eficiência devidas.
3. Para isto, a STI possui contratos de terceirização de serviços de TI. Devido à complexidade para acompanhar e fiscalizar os produtos e serviços resultantes desses contratos, serviços de apoio técnico em garantia da qualidade são necessários para assistir e subsidiar os servidores da STI de informações relacionadas ao acompanhamento e fiscalização, conforme define a Lei 14.133 /2021, em seu artigo 117: "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição."
3. No intuito de suprir a insuficiência do quadro de servidores com conhecimentos técnicos especializados para a gestão e governança dos projetos, processos, contratos e serviços de responsabilidade desta Subsecretaria, foi firmado em 31/12/2020, pelo então Ministério da Cidadania, o Contrato Administrativo nº 54/2020. A referida contratação permitiu um melhor acompanhamento da garantia da qualidade dos serviços de sistemas, gestão de dados e infraestrutura, bem como a aplicação de melhorias nos projetos e processos, representando um importante apoio à governança e gestão de TI, bem como subsidiando a gestão e fiscalização de contratos afetos à STI. Contudo, o quantitativo de profissionais contratados mostrou-se insuficiente, sendo necessário promover o aumento de 24,22% do quantitativo inicial. Cabe observar, ainda, que o Contrato 54/2020 encontra-se em seu último ano de vigência, sendo que em 31/12/2025, este deve atingir o limite máximo de 60 meses, estabelecidos pela Lei 8.666 /1993, que o rege.
4. Considera-se, também, que o registro de novos projetos de soluções tecnológicas é crescente, ao mesmo tempo que o quadro técnico da STI não é suficiente para atender a todas as demandas que surgem.
5. Diante do exposto, considerando a responsabilidade desta Subsecretaria no planejamento e execução dos contratos que lhe são afetos, exercendo sua competência de prover os serviços de TI visando ao adequado atendimento às necessidades do MDS, no cumprimento de suas políticas públicas, demonstra-se conveniente uma nova contratação de serviços técnicos de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação, para prover a STI da capacidade adequada para acompanhar e suportar a gestão e controle dos serviços e a melhoria dos projetos, processos e ferramentas de gestão e governança.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação - CGGTI	Paulo Henrique Vieira de Almeida Júnior

5. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

Vigência do contrato

1. Propõe-se que o prazo de vigência inicial da contratação seja de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Considerando a experiência na execução do Contrato nº 54/2020, estima-se que embora seja um período curto, a vigência deverá ser suficiente para a execução inicial do objeto e, caso as condições e os preços permaneçam vantajosos, de acordo com a conveniência e oportunidade do órgão, será realizada a eventual prorrogação contratual, pelo prazo previsto em lei.

Natureza do serviço

3. A caracterização do serviço como serviço de natureza continuada já foi justificada em contratações anteriores na Administração. A seguir trecho reproduzido do Contrato TCU nº 20 /2013:

Nos últimos anos, o uso da tecnologia da informação no dia a dia das organizações tem se intensificado de forma crescente e acentuada. O estoque crescente de demandas e a necessidade de provimento cada vez mais célere de soluções exigem mudanças e ampliação da capacidade de resposta. No caso do Tribunal, as demandas por novas soluções de TI para apoiar os processos de trabalho confirmam essa tendência. Ao mesmo tempo, quanto maior a inserção da tecnologia da informação no funcionamento do Tribunal, em especial o uso intensivo do processo eletrônico, maior a dependência das áreas de negócio, com comprometimento das atividades. A interrupção no funcionamento de uma solução de TI se propaga, imediatamente, para a área de negócio. No caso das soluções que suportam o uso do processo eletrônico, significa interromper a realização de qualquer atividade de controle externo, por impossibilidade de acesso aos autos processuais.

Adicionalmente, há que se considerar o dinamismo inerente tanto à tecnologia da informação quanto aos requisitos de negócio. Mudanças no processo de trabalho, advento de novas tecnologias, ou a introdução de uma solução de TI no ambiente organizacional, invariavelmente, geram novas necessidades e novas demandas por informatização. Nesse contexto, a velocidade de evolução e de adaptação das soluções de TI tem impacto direto nos resultados da instituição.

Portanto, entende-se não haver dúvida de que os serviços de desenvolvimento, manutenção e testes de sistemas de informação não podem ser interrompidos, por serem imprescindíveis ao funcionamento do TCU. Ainda, a orientação estratégica do Tribunal de intensificar e aprimorar o uso de TI nas ações de controle externo e na gestão institucional reforça, ainda mais, essa premissa. (...)

4. Seguindo a mesma linha de raciocínio do TCU, fica claro para esta equipe de planejamento de contratação que a interrupção destes serviços traria impacto significativo para as atividades deste Ministério.
5. O objeto da contratação não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94 /2022:

Art. 3º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12; e

II - os serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive a gestão de processos de TIC e a gestão de segurança da informação.

Parágrafo único. O apoio técnico aos processos de gestão, de planejamento e de avaliação da qualidade das soluções de TIC poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

Art. 4º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização.

Garantia de execução do contrato

6. Sugere-se exigir da contratada a prestação de garantia de execução do contrato no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, com fulcro no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, com o intuito de garantir o devido ressarcimento ao MDS no caso de eventual inadimplemento ou inadequação dos serviços prestados.

Garantia dos produtos e serviços

7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Repactuação

8. Sugere-se admitir repactuação dos valores do contrato visando o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação vigente.

Instalação de escritório pela contratada

9. Em atenção aos Acórdãos TCU nº 1.176/2021-Plenário e nº 2084/2021-Plenário, justifica-se a necessidade de instalação de escritório pela contratada na cidade de Brasília/DF, com base nos seguintes fundamentos técnicos e operacionais:
10. O contrato envolve o gerenciamento de expressivo número de postos de trabalho, o que demanda suporte logístico e administrativo contínuo e estruturado por parte da Contratada.
11. A manutenção de uma estrutura física em Brasília possibilita monitoramento direto e tempestivo da execução contratual, permitindo que a contratada atue em proximidade com os funcionários e com a fiscalização do contrato, mitigando riscos e antecipando soluções para eventuais não conformidades.
12. A instalação do escritório viabiliza comunicação imediata e desburocratizada entre a gestão do contrato, os colaboradores e a empresa, reduzindo o tempo de resposta a demandas urgentes e ajustes operacionais necessários.
13. Um escritório dedicado funciona como ponto focal para atendimentos, treinamentos periódicos, integração de novos colaboradores e solução de dúvidas operacionais, fortalecendo a governança do contrato.

14. A exigência está alinhada a padrões de boas práticas de gestão de contratos terceirizados, garantindo maior controle operacional, melhor prestação de contas e aderência às exigências normativas aplicáveis, sobretudo em contratações de grande porte e alta materialidade.
15. A presença física da contratada em Brasília assegura agilidade nas tratativas, otimização de processos internos e suporte imediato à fiscalização, refletindo diretamente na qualidade, continuidade e eficiência da prestação dos serviços.
16. Dessa forma, a instalação do escritório não se configura como exigência excessiva, mas sim como medida estratégica indispensável ao adequado gerenciamento do contrato, conferindo segurança técnica, previsibilidade e aderência aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

6. Necessidades Tecnológicas

1. A fim de elevar os níveis de maturidade de governança e gestão da tecnologia da informação, para atendimento adequado das necessidades das áreas de negócio do MDS, faz-se necessária a contratação de serviços para:
2. Apoiar, acompanhar e suportar a gestão e controle da qualidade dos serviços de TI prestados pela STI;
3. Atender as ocorrências demandadas pelo MDS e apoiar e monitorar as demandas emergenciais;
4. Apoiar a melhoria dos processos e ferramentas para garantir uma melhor gestão e fiscalização dos serviços de TI;
5. Prover informações de apoio para o planejamento e execução de projetos de TI;
6. Assistir e subsidiar o gestor e os fiscais dos contratos com informações técnicas; e
7. Apoiar a melhoria dos processos e ferramentas para garantir uma melhor gestão e fiscalização dos serviços de TI.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

1. Para fins de levantamento da demanda, foi considerando como balizador o Contrato Administrativo nº 54/2020, o qual encontra-se vigente nesta STI, referente à prestação de serviços de Apoio à Gestão e Fiscalização de Contratos de TI e à Gestão do Processo de Software. Foi considerada a Planilha com levantamento de necessidades, SEI nº 17212873, com previsão de quantitativo de 68 profissionais para atender a demanda da STI.
2. Entende-se que com o término da vigência do Contrato Administrativo nº 54/2020, a STI pode deixar de contar com 59 (cinquenta e nove) colaboradores de seus quadros, prejudicando a força de trabalho necessária para atender as demandas desta Subsecretaria e consequentemente os objetivos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Além disso, existem projetos e demandas de TI em fila de atendimento e estima-se o aumento de demandas para os próximos anos, gerando a necessidade de acréscimo profissionais especializados de TI.
3. Vale destacar que a STI, a fim de cumprir sua missão institucional, qual seja: *prover suporte aos programas e políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome por meio de soluções tecnológicas alinhadas às necessidades institucionais, simplificando o acesso ao cidadão aos serviços públicos e possibilitando uma experiência digital*

inovadora e intuitiva - necessita permanentemente de profissionais de tecnologia da informação, os quais apoiam os servidores da unidade na execução e gestão das atividades técnicas.

4. Isto posto, foi realizado um levantamento inicial de necessidades com todas as Coordenações-Gerais que compõem a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, conforme evidenciado no presente processo, por meio do documento, SEI nº 17212873, após sucessivas reuniões com os responsáveis pelas áreas de atuação conjuntamente com a gestão da STI, definiu-se os perfis profissionais e o quantitativo de postos de trabalho necessários para atender a integralidade das demandas do Ministério.
5. Observou-se, ainda, que o atual modelo da arquitetura de serviços da STI, pelo qual os serviços de garantia da qualidade perpassam, possibilitando que todas as áreas da STI sejam atendidas, contudo, existe a necessidade de criação de novos perfis e da readequação da quantidade de profissionais do quadro atual.
6. Dessa forma, elaborou-se o quadro abaixo, o qual demonstra o quantitativo de postos de trabalho e os perfis profissionais demandados na pretensa contratação:

ID	PERFIS DE APOIO	NÍVEL	QUANTIDADE
1	Administrador de Dados	Sênior	4
2	Analista de Governança de Dados	Sênior	3
3	Analista de Governança de TI	Sênior	3
4	Analista de Negócios	Sênior	5
5	Analista de Segurança da Informação	Pleno	1
6	Analista de Segurança da Informação	Sênior	1
7	Analista de Testes	Sênior	6
8	Analista de Usabilidade e Design	Sênior	2
9	Analista em Gestão de TI	Pleno	3
10	Analista em Gestão de TI	Sênior	5
11	Analista de Projetos e Processos	Sênior	2
12	Arquiteto de Software	Sênior	8
13	Especialista em Projetos	Especialista	1
14	Especialista em Suporte	Especialista	6

15	Gerente de Configuração de Software	Sênior	4
16	Scrum Master	Sênior	1
17	Técnico em Gestão de TI	Técnico	13
TOTAL			68

7. Cabe ressaltar que, é vedada a exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
8. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. Alinhamento Estratégico

1. A Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) para o período de 2024 a 2027, instituída através do Decreto n.º 12.198, de 24 de setembro de 2024, tem como princípios fundamentais:
 - Governo centrado no cidadão e inclusivo;
 - Governo integrado e colaborativo;
 - Governo Inteligente e Inovador;
 - Governo confiável e seguro;
 - Governo transparente, aberto e participativo; e
 - Governo eficiente e sustentável.
2. Nesse contexto, a contratação de serviços técnicos de garantia da qualidade de tecnologia da informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço) está aderente à EFGD 2024-2027 e contribui para o alcance de diversos objetivos definidos.
3. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem como objetivo a análise, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação e visa atender às necessidades tecnológicas do MDS .

ID	NECESSIDADE DE TI	DESCRIÇÃO
NSTI09	Consultoria e garantia de qualidade	Serviços de consultoria e aconselhamento em TIC e apoio técnico especializado à gestão

4. Por outro lado o Plano de Contratação Anual (PCA) é um instrumento de planejamento das contratações que consolida as demandas que o órgão planeja executar no exercício subsequente

ao de sua elaboração, onde consta no documento, SEI nº 16111377, a relação das contratações, inclusive o serviço de apoio à gestão.

9. Levantamento de soluções

1. O principal objetivo do ETP é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda. É por esse motivo que a Equipe de Planejamento da Contratação deve construir uma relação de critérios para possibilitar a comparação entre as diferentes soluções do ponto de vista qualitativo e econômico, realizando as seguintes ações: identificação das diferentes alternativas para solução da demanda, descrição das características funcionais e técnicas que compõem um possível cenário para sua implementação e operacionalização, incluindo os componentes e recursos necessários, sejam eles materiais, tecnológicos, financeiros, humanos, avaliação das alternativas identificadas em termos dos benefícios proporcionados, identificação das vantagens e das desvantagens de cada alternativa, descartando as inexequíveis ou inviáveis.
2. A análise das soluções disponíveis, de acordo com as possibilidades descritas abaixo, em alinhamento ao inciso II do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, considerou diversos formatos de soluções para atendimento da necessidade em estudo:
 - a) Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;
 - b) As alternativas do mercado;
 - c) A existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações;
 - d) As políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;
 - e) As necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual (exemplo: mobiliário, instalação elétrica, espaço adequado para prestação do serviço, etc);
 - f) Os diferentes modelos de prestação do serviço;
 - g) Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;
 - h) A possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;
 - i) A ampliação ou substituição da solução implantada;
 - j) As diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento; e

k) Consulta a Intenções de Registro de Preço - IRP em andamento, que possibilite o atendimento da presente demanda, como preceitua o art. 10 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3. Com base neste levantamento e conforme as boas práticas do mercado para a contratação de serviços similares identificou-se quatro modelos possíveis, conforme o quadro a seguir:

Solução 1	Descrição:	Execução direta por meio de servidores do quadro permanente
	Entidade:	STI/SE
	Valor Estimado:	Não se aplica.
	Fornecedor:	Não se aplica.
	Cenário:	Não há contratação. O serviço é feito por servidores da STI. Não recomendado pelo Decreto-lei 200, artigo 10. Além disso, por meio do Decreto nº 9507/2018, o Governo Federal uniformizou os procedimentos de terceirização de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.
Solução 2	Descrição:	Contratação de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação utilizando unidade de medida pré-determinada (HST, UST, etc) e catálogo de serviços.
	Entidade:	Experiência com o Contrato nº 08/2016. Edital nº 54/2024 - Ibama.
	Valor Estimado:	R\$ 26.528.987,52 (conforme Edital nº 54/2024 - sem considerar os cargos de especialista.)
	Fornecedor:	Diversos
	Cenário:	Nas contratações por unidade de medida, denomina-se uma unidade de referência, normalmente UST (Unidade de Serviço Técnico) ou HST (Hora de Serviço Técnico) e cria-se um catálogo de serviços no qual cada atividade a ser desempenhada consumirá um determinado número de UST. O catálogo de serviços é construído com base nas últimas demandas do período estipulado pelo CONTRATANTE. Neste modelo, para cada tarefa é atribuído um nível de complexidade que associado ao tempo para execução da tarefa resulta numa quantidade total de UST que determinada tarefa consumirá. Para que essa métrica seja adotada com critério, é necessária a elaboração de inúmeros artefatos, como: relação contendo a descrição detalhada de todas as tarefas a serem realizadas, os níveis de complexidade das atividades, a quantificação de UST e a correlação entre atividades e quantidade de UST, os níveis de serviços [Acórdão 509/2015 – TCU/Plenário].
Solução 3	Descrição:	Contração de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço).
	Entidade:	Diversas.
	Valor Estimado:	Considerando os valores do Contrato nº 54/2020 - R\$ 21.568.622,40 (conforme valores atualizados do Contrato - sem considerar as especificidades dos novos perfis).

	Fornecedor:	Diversos
	Cenário:	Este modelo de contratação prevê que a empresa contratada proverá equipe para prestação do serviço, sob demanda, que será formalizada por meio de ordem de serviço – OS, com a composição e qualificação mínimas exigidas, e será remunerada pelos postos de trabalho mediante atendimento de níveis mínimos de serviço previstos. Ou seja, caso haja descumprimento de nível mínimo de serviço, haverá desconto no valor ofertado pela contratada, de acordo com as regras estabelecidas.
Solução 4	Descrição:	Adesão às Atas de Registro de Preços, decorrentes do Edital de Licitação nº 07/2023, para a eventual contratação de empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, conforme modalidade prevista na Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023.
	Entidade:	CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME - Termo de Referência 9/2023
	Valor Estimado:	Diversos.
	Fornecedor:	Diversos.
	Cenário:	Neste cenário, a solução envolve a prestação e serviços sem a dedicação de mão de obra exclusiva e preferencialmente de forma remota.

10. Análise comparativa de soluções

1. A solução 1 - que trata da migração de todo o serviço para execução direta pela equipe de servidores da STI, acarretaria a necessidade de reestruturação das funções atualmente exercidas pelos servidores alocados na gestão dos serviços, processos e projetos de tecnologia da informação do órgão, conforme recomendado pelos órgãos de controle, focando a atuação destes na execução direta dos serviços em estudo. Logo, esta solução demandaria uma decisão da alta gestão, que, além de tudo, acarretaria na necessidade de um aumento na quantidade de servidores públicos especializados em tecnologia da informação, já que a força de trabalho própria da STI, atualmente composta em sua maioria por servidores descentralizados ou cedidos por outros órgãos, já mantém um portfólio grande de projetos, processos e serviços para gerir e não teria condições de assumir o serviços demandados na presente contratação, conforme já detalhado acima.
2. A solução 2 - a STI demandaria a contratação de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação, utilizando unidade de medida pré-determinada e designação, etc.), mediante a elaboração de um catálogo de serviços. Na experiência vivenciada pelo órgão, esta solução mostrou-se ineficiente, no que tange a produtividade e satisfação das áreas de negócio. Neste modelo, a empresa terceirizada atua simultaneamente em vários projetos de diversas áreas, o que invariavelmente traz atrasos de entrega e alta rotatividade de profissionais. Este último problema, a rotatividade, tornou-se um verdadeiro pesadelo nos contratos de órgãos públicos. O motivo é que, apesar da especificação exaustiva de perfis profissionais bem qualificados, a maioria das empresas optam por contratar profissionais de baixíssimo custo como juniores ou mesmo estagiários, com a intenção de aumentarem suas margens de lucro. Como consequência, invariavelmente, a qualidade dos produtos é questionável e os profissionais acabam não tendo comprometimento com as empresas, gerando alta rotatividade. Além disso, existem dificuldades na gestão contratual

utilizando o modelo UST (Unidade de Serviço Técnico) para serviços contínuos, causando uma relação custo/insumo imprecisa. Este modelo, embora ainda bastante utilizado, tem demonstrado exaustão e tem levado vários órgãos a buscar uma solução alternativa a esta, principalmente aqueles que lidam com demandas de maior vulto. Além disso, tal modelo de remuneração tem sido alvo constante de recomendações por parte dos órgãos de controle, conforme exporemos com maiores detalhes no item subsequente que trata da descrição da Solução de TIC a ser contratada.

3. Nesse sentido, o Acórdão nº 2.037/2019 - TCU - Plenário aponta problemas encontrados em contratos que utilizam a metodologia UST:

"O primeiro problema é devido ao fato de que a utilização da métrica UST exige maior maturidade primeiro problema dos órgãos, pois há necessidade de uma definição criteriosa dos serviços, perfis profissionais, níveis de complexidade, tempo de execução e nível de serviço desejado a fim de se obter o valor justo de UST. O uso inadequado da métrica UST em virtude da falta de maturidade dos órgãos pode provocar distorções de grande materialidade." (...)

O segundo problema refere-se à prática irregular de se cobrar por artefatos intermediários segundo problema que não geram resultados. (...)

O quarto problema refere-se à impropriedade da pesquisa de preços realizada pelos órgãos e entidades para contratação de serviços medidos por UST. Observou-se que as organizações públicas se limitam a comparar valores de UST de outras contratações sem qualquer aprofundamento na composição dos custos unitários."

4. O Acórdão nº 1508/2020 - TCU - Plenário, produzido a partir de auditoria realizada em razão da identificação de uma série de licitações com falhas de planejamento, aponta ainda a impossibilidade de comparar preços praticados em contratações baseadas em UST pelos seguintes motivos:

"40.1 por a UST não se tratar de uma unidade de medida padronizada, que apresenta concretude no mundo real, de modo a permitir a comparabilidade e a precificação em razão de características similares, como, exemplificativamente, as unidades metro, quilo, litro, que permitem comparações entre objetos que pertencem à mesma categoria;

40.2. em decorrência do ineditismo de cada metodologia em relação às precedentes, gerando um cenário de alta heterogeneidade, pois percebe-se que há a tendência de cada contratação ser única para cada organização, sem análogas que sirvam para comparação, considerando que a metodologia adotada em cada uma é específica para uma determinada estrutura organizacional;

40.3. em razão das possíveis distorções que pode haver em razão da falta de balanceamento de seus parâmetros, caso não se utilize a planilha de formação de preços; e

40.4. porque para haver possibilidade de comparação entre os preços de UST de organizações diferentes, seria necessário que os TR contivessem exatamente as mesmas condições de contratação, que os catálogos possuíssem exatamente os mesmos serviços, com esforços e complexidades iguais ou muito similares, dimensionados da mesma maneira e que as organizações possuíssem a mesma estrutura. Heterogeneidade das contratações públicas que utilizam a prática UST"

5. A solução 3 - que trata de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço). Este modelo de contratação mantém as equipes trabalhando próximas aos clientes e às equipes

técnicas, visando aumentar a eficiência e o domínio no negócio da organização. Além disso, visa garantir a contratação de profissionais adequados ao tipo dos serviços a ser executado. Este modelo surgiu para se contrapor às falhas encontradas nos contratos baseados em "Unidades de Serviço" ou "Horas de Serviços Técnicos HST" e já tem sido utilizado em alguns órgãos da Administração Pública Federal, conforme detalharemos adiante. O Contrato nº 54/2020, firmado em 31/12/2020, atingirá 60 meses de execução e mostrou-se satisfatório, atendendo às expectativas do órgão.

6. A solução 4 - que trata da adesão à Ata de Registro de Preços para a eventual contratação de empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, conforme modalidade prevista na Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis aderentes ao processo de software, especificados nos itens 1 a 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº 07/2023.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

1. A solução 1 - que trata da migração de todo o serviço para execução direta pela equipe de servidores da STI, acarretaria a necessidade de reestruturação das funções atualmente exercidas pelos servidores alocados na gestão dos serviços, processos e projetos de tecnologia da informação do órgão, conforme recomendado pelos órgãos de controle, focando a atuação destes na execução direta dos serviços ora em estudo. Logo, esta solução demandaria uma decisão da alta gestão, que, além de tudo, acarretaria na necessidade de um aumento na quantidade de servidores públicos especializados em tecnologia da informação, já que a força de trabalho própria da STI, atualmente composta em sua maioria por servidores descentralizados ou cedidos por outros órgãos, já mantém um portfólio grande de projetos, processos e serviços para gerir e não teria condições de assumir o serviços demandados na presente contratação, conforme já detalhado acima. Portanto, esta solução é considerada inviável.
2. A solução 2 - Na experiência vivenciada pelo órgão, esta solução mostrou-se ineficiente, no que tange a produtividade e satisfação das áreas de negócio. Neste modelo, a empresa terceirizada atua simultaneamente em vários projetos de diversas áreas, o que invariavelmente traz atrasos de entrega e alta rotatividade de profissionais. Este último problema, a rotatividade, tornou-se um verdadeiro pesadelo nos contratos de órgãos públicos. O motivo é que a maioria das empresas opta por contratar profissionais de baixíssimo custo como juniores ou mesmo estagiários, com a intenção de aumentarem suas margens de lucro. Como consequência, invariavelmente, a qualidade dos produtos é questionável e os profissionais acabam não tendo comprometimento com as empresas, gerando alta rotatividade. Além disso, existem dificuldades na gestão contratual utilizando o modelo UST (Unidade de Serviço Técnico) para serviços contínuos, causando uma relação custo/insumo imprecisa. Este modelo, embora ainda bastante utilizado, tem demonstrado exaustão e tem levado vários órgãos a buscar uma solução alternativa a esta, principalmente aqueles que lidam com demandas de maior vulto. Além disso, tal modelo de remuneração tem sido alvo constante de recomendações por parte dos órgãos de controle, conforme detalhado acima. Portanto, esta solução é considerada inviável.
3. A solução 4 - Após a análise das diversas atas que compõem o REGISTRO DE PREÇOS nº 07 /2023 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que tem por objeto a contratação de empresas especializadas em desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao

alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, conforme modalidade prevista na Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis aderentes ao processo de software, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº 07 /2023, verificamos que, além de não contemplar todos os perfis necessários para a atender à demanda da STI, o valor obtido para os perfis profissionais está significativamente abaixo do valor obtido com pesquisas de mercado e com contratações de outros órgãos, podendo comprometer a exequibilidade da contratação, devido à alta rotatividade de profissionais, ocasionando os mesmos problemas identificados em contratações de serviços técnicos que utilizam unidades de medida pré-determinada (HST, UST, etc).

4. Além disso, o modelo da contratação do MGI difere do modelo adotado para esta contratação, bem-sucedida na experiência obtida com o contrato atual. Assim, considerando a importância de manter a qualidade dos serviços prestados e a necessidade de atrair e reter profissionais qualificados, busca-se por alternativas que estejam alinhadas com as práticas de remuneração vigentes no mercado de TI, o que torna inviável a adesão às referidas atas.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

1. Apenas a Solução 3 - Contratação de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço). apresenta um cenário viável para atender as necessidades do MDS, dentre as alternativas de contratação.
2. Desta forma, para composição dos Custos Totais de Propriedade (TCO) são estimados:
- Custos estimados para realização de Pregão Eletrônico (PE).
 - Custos estimados para contratação: conforme a "Estimativa de Custo" deste ETP.
 - Custos da fiscalização pela Equipe de Fiscalização Contratual, ao longo dos 10 (dez) anos possíveis da contratação.
 - Previsão de reajuste anual contratual com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, normatizado pelo Art. 24 da IN SGD/ME nº 94/2022.
3. Custo estimados para a realização do Pregão (PE):

ESCRICÃO	VALOR UNITÁRIO	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Custo de Processo Licitatório	R\$ 67.865,19	Custo individual de realização de Pregão Eletrônico constante do estudo Consolidação do Levantamento de Custos (MPOG, 2007). Brasília: FIA-USP/IDS/Sundfeld (Mapeamento e Análise dos Custos Operacionais dos Processos de Contratação do Governo Federal, Contrato nº. 06/47-2825, Relatório Técnico 12) e citado pela Nota Técnica nº. 1081/2017/CGPLAG /DG/SFC. O valor original (R\$ 20.698,00) foi atualizado pelo IGPM no período de maio de 2007 a setembro de 2024, computando-se R\$ 67.865,19 (sessenta e sete mil oitocentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos).

4. Custo estimado da contratação:

ID	DESCRIÇÃO DOS SERVICOS DA CONTRATAÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)

1	Alocação de profissionais para apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação	Pessoa alocada (sob demanda) + níveis de serviços	68	R\$ 1.600.227,27	R\$ 19.202.727,30
---	---	---	----	------------------	-------------------

Custos da fiscalização pela equipe de fiscalização contratual, ao longo dos 10 (dez) anos possíveis da contratação.

5. Foi estimado o número de horas úteis dos profissionais envolvidos nas atividades de fiscalização contratual, principalmente os que possuem papel de fiscal (requisitante, técnico e administrativo), de gestor contratual, de agente administrativo responsável pela parte orçamentária, considerando-se o período de 12 (doze) meses para cálculo do custo administrativo com essas atividades, anualmente;
6. Como primeiro parâmetro, foi utilizada a métrica de 2 (duas) horas diárias para fiscalização técnica e 1 (uma) hora diária para fiscalização administrativa para o período de um mês;
7. Como segundo parâmetro, foi utilizada a métrica de 1 (hora) diária para a fiscalização negocial (conduzida pelo fiscal requisitante), do agente responsável pela parte orçamentária e da gestão contratual para período de um mês;
8. Para a realização da estimativa de horas mensais por servidor, considerou-se o número de 22 (vinte e dois) dias úteis;
9. O levantamento do custo médio mensal por servidor seguiu as seguintes etapas:
10. Considerou-se o levantamento do extinto Ministério da Economia (ME) sobre as remunerações inicial e final para todos os cargos da Administração Pública Federal disponibilizadas pelo Painel Estatístico de Pessoal (<http://painel.pep.planejamento.gov.br/>);
11. Foi realizada a média entre as remunerações identificadas para cada cargo apresentado no painel. Por fim, foi realizada a média dos valores identificados para cada cargo, chegando-se ao valor de R\$ 8.318,64 por servidor. Com o intuito de trazer o valor para a realidade da administração, aplicaram-se os seguintes ajustes ao valor identificado:
 - a. incremento do décimo terceiro salário;
 - b. adicional de um terço de férias; e
 - c. O valor resultante foi dividido por 12 (doze) meses, chegando-se ao montante final médio mensal por servidor de R\$ 11.784,74. Dividindo-se o salário mensal médio por 22 (vinte e dois) dias úteis, tem-se que a diária por servidor é de R\$ 535,65. Ao dividir esse resultado por 8 (horas diárias), obtém-se R\$ 66,95 por hora.
12. Os papéis para a fiscalização, gestão e orçamento, as horas estimadas e o valor estimado a ser dispendido estão discriminados na tabela abaixo:

ID	PAPEL/PERFIL	HORAS DIÁRIAS	HORAS N O MÊS	VALOR A SER DESPENDIDO PARA UM MÊS (R\$ 66,95 VALOR DA HORA)	1 2 MESES (1 ANO)	1 2 0 MESES (DEZ ANOS)
1	Fiscal Técnico	2	44	R\$ 2.945,80	R \$ 35.349,60	R \$ 353.496,00
2	Fiscal Administrativo	1	22	R\$ 1.472,90	R \$ 17.674,80	R \$ 176.748,00

3	Fiscal Requisitante	1	22	R\$ 1.472,90	R \$ 17.674,80	R \$ 176.748,00
4	Agente Administrativo (orçamento)	1	22	R\$ 1.472,90	R \$ 17.674,80	R \$ 176.748,00
5	Gestor do Contrato	1	22	R\$ 1.472,90	R \$ 17.674,80	R \$ 176.748,00
Total estimado a ser dispendido na fiscalização, gestão e orçamento da nova contratação				R\$ 8.837,40	R \$ 106.048,80	R \$ 1.060.48

PREVISÃO DE REAJUSTE ANUAL DA CONTRATAÇÃO

13. Considerando tratar-se de contratação de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve-se adotar a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 19.202.727,30

1. A estimativa de custo total da contratação considerou o documento Mapa Comparativo de Preço (SEI nº 17918851), para estimar o objeto da contratação.
2. Considerando que a contratação possui perfis similares aos dispostos na Portaria SGD/MGI nº 6.040, de 11 de agosto de 2025, que atuarão no apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software e aos dispostos na Portaria SGD/MGI Nº 6.055, de 26 de agosto de 2025, que atuarão no apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TI, foram utilizados os mapas de pesquisa salarial de referência divulgados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, para a fixação de limites salariais mínimos para a contratação em tela.
3. Após a consolidação do planejamento da contratação e publicação do Edital, identificou-se que os valores unitários máximos de alguns perfis apresentaram valores salariais e fator-k com presunção relativa de inexecuibilidade. Isto porque, os contratos similares utilizados como referência para a pesquisa de preços, realizada conforme os critérios estabelecidos na IN nº 65 /2021, possuem valores de perfil abaixo dos valores de referência das referidas portarias. Além disso, o fator-k máximo de 1,97, utilizado como referência inicialmente, também estava abaixo do valor estabelecido nas portarias, principalmente para os perfis de níveis pleno e técnico.
4. Diante disso, para afastar o risco de inexecuibilidade da contratação, foi necessário rever a pesquisa de preços, considerando-se adequada a utilização dos valores de remuneração mínima estabelecidos na Portaria SGD/MGI nº 6.040, de 11 de agosto de 2025 e na Portaria SGD/MGI

Nº 6.055, de 26 de agosto de 2025, para os perfis similares, com aplicação do fator-k de referência, como máximo aceitável, para a composição da estimativa de preços máximos para a contratação, conforme quadro abaixo:

ID	PERFIS	NÍVEL	REMUNERAÇÃO MÍNIMA - PORTARIAS DA SGD	FATOR- K (MÁXIMO ACEITÁVEL)	REMUNERAÇÃO COM FATOR- K (VALOR UNITÁRIO DO POSTO)	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Administrador de Dados	Sênior	R\$ 11.345,67	1,97	R\$ 22.350,97	R\$ 89.403,88	R\$ 1.072.846,56
2	Analista de Governança de Dados	Sênior	R\$ 10.800,36	1,98	R\$ 21.384,71	R\$ 64.154,14	R\$ 769.849,66
3	Analista de Governança de TI	Sênior	R\$ 11.227,93	1,98	R\$ 22.231,30	R\$ 66.693,90	R\$ 800.326,85
4	Analista de Negócios	Sênior	R\$ 11.227,93	1,98	R\$ 22.231,30	R\$ 111.156,51	R\$ 1.333.878,08
5	Analista de Segurança da Informação	Pleno	R\$ 9.716,67	1,99	R\$ 19.336,17	R\$ 19.336,17	R\$ 232.034,08
6	Analista de Segurança da Informação	Sênior	R\$ 15.056,97	1,95	R\$ 29.361,09	R\$ 29.361,09	R\$ 352.333,10
7	Analista de Testes	Sênior	R\$ 11.081,16	1,98	R\$ 21.940,70	R\$ 131.644,18	R\$ 1.579.730,17
8	Analista de Usabilidade e Design	Sênior	R\$ 12.516,67	1,97	R\$ 24.657,84	R\$ 49.315,68	R\$ 591.788,16
9	Analista em Gestão de Serviços de TI	Pleno	R\$ 7.384,26	2,04	R\$ 15.063,89	R\$ 45.191,67	R\$ 542.300,05
10	Analista em Gestão de Serviços de TI	Sênior	R\$ 10.333,33	1,98	R\$ 20.459,99	R\$ 102.299,97	R\$ 1.227.599,60
11	Analista de Projetos e Processos	Sênior	R\$ 11.227,93	1,98	R\$ 22.231,30	R\$ 44.462,60	R\$ 533.551,23
12	Arquiteto de Software	Sênior	R\$ 18.542,27	1,94	R\$ 35.972,00	R\$ 287.776,03	R\$ 3.453.312,36
13	Especialista em Projetos	Especialista	R\$ 15.048,00	1,95	R\$ 29.343,60	R\$ 29.343,60	R\$ 352.123,20
14	Especialista em Suporte	Especialista	R\$ 17.851,64	1,94	R\$ 34.632,18	R\$ 207.793,09	R\$ 2.493.517,08
15	Gerente de Configuração de Software	Sênior	R\$ 15.750,00	1,95	R\$ 30.712,50	R\$ 122.850,00	R\$ 1.474.200,00
16	Scrum Master	Sênior	R\$ 11.966,67	1,97	R\$ 23.574,34	R\$ 23.574,34	R\$ 282.892,08
17	Técnico em Gestão de TI	Técnico	R\$ 6.567,23	2,06	R\$ 13.528,49	R\$ 175.870,42	R\$ 2.110.445,03
TOTAL					R\$ 409.012,39	R\$ 1.600.227,27	R\$ 19.202.727,30

5. Assim, o custo estimado total da contratação, é de R\$ **19.202.727,30** (dezenove milhões, duzentos e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta centavos), para 12 meses.

6. Convém esclarecer, que a quantidade de perfis é estimada e os postos serão alocados de acordo com a quantidade de projetos e processos em execução, conforme a necessidade e a capacidade técnica e orçamentária do órgão, não constituindo compromisso de demanda por parte do CONTRATANTE.

Fator-k de referência para a contratação

7. O fator-k é um indicador de gestão de economicidade aplicado às despesas com serviços terceirizados, de natureza contínua e que envolvam alocação de empregados nas instalações da unidade contratante, com obrigação da CONTRATADA de manter o quantitativo definido durante toda a vigência do contrato, incluindo ausências justificadas por férias, licenças e faltas, justificadas ou não.
8. A utilização do fator-k foi formalmente instituída pelo Item 6 da Norma de Execução n.º 1, de 30 de janeiro de 2007, relativa à formalização dos processos de tomada de contas anuais, e atualmente utilizada na Portaria n.º 750 de 20 de maio de 2023, alterada pela Portaria SGD/MGI Nº 6.040, de 11 de agosto de 2025, de que estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, e na n.º Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, alterada pela Portaria SGD/MGI Nº 6.055, de 26 de agosto de 2025, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, ambas no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
9. Assim, por meio de pesquisas, a equipe de planejamento percebeu que a utilização do fator-k de referência, para os perfis similares, indicados nos mapas salariais das referidas portarias se apresenta como opção mais eficaz e segura para a contratação, em comparação à estimativa de preços com valores cotados junto à fornecedores e até mesmo em contratações similares, mitigando o risco de estimativa de preços elevada, bem como de inexequibilidade da contratação, de acordo com a planilha constante no item 13.4 deste Estudo.

14. Descrição da solução de TIC a ser contratada

1. Diante da análise comparativa das soluções consideradas viáveis, a equipe de planejamento da contratação concluiu que a solução 3 - Contratação de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço) é solução mais adequada suprir as necessidades.
2. Este modelo representa uma evolução do modelo de contratação adotado no Contrato nº 54 /2020, mantém as equipes trabalhando próximas aos clientes e às equipes técnicas, visando aumentar a eficiência e o domínio no negócio da organização.
3. Além disso, visa garantir a contratação de profissionais adequados ao tipo dos serviços a ser executado. Este modelo surgiu para se contrapor às falhas encontradas nos contratos baseados em "Unidades de Serviço" ou "Horas de Serviços Técnicos HST" e já tem sido utilizado em vários órgãos da Administração Pública Federal, conforme detalharemos adiante.
4. Para o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 120 (cento e vinte) meses conforme o disposto no art. 107 da Lei 14.133/2021.
5. A solução proposta está sintetizada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANTIDADE

1	Alocação de profissionais para apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço)	Quantidade de profissionais (sob demanda) + níveis de serviços	68
---	---	--	----

5. A descrição dos perfis que poderão ser alocados (sob demanda) consta no Anexo I do Termo de Referência.

15. Justificativa técnica da escolha da solução

1. Inicialmente, é oportuno ressaltar que a contratação de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço) é a melhor opção.
2. A análise desta equipe de planejamento da contratação levou em consideração a experiência bem-sucedida da contratação de serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço) em outros certames desta STI.
3. Sendo assim, esta equipe de planejamento da contratação avalia a solução 3 como a melhor opção.

a) CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU - Pregão Eletrônico Nº 90008/2024. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024, Contratação de prestação de serviços técnicos especializados na área de Data Warehouse, Administração de dados e implantação e manutenção de sistemas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência para a Controladoria-Geral da União (CGU), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

b) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONTRATO Nº 015/2023 - Contratação de serviço de apoio técnico especializado em governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação para atender as necessidades da Advocacia Geral da União, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

4. Os estudos técnicos preliminares de todas as contratações citadas acima resultaram em solução baseada nas características listadas a seguir:

Modelo de remuneração híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço);

Prestação do serviço com dedicação de mão de obra exclusiva;

Qualificação mínima exigida para os profissionais terceirizados;

Remuneração mínima para os profissionais terceirizados.

5. No caso prático do MDS, a contratação em tela atenderá os serviços técnicos de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação, enquanto contratos distintos atenderão o desenvolvimento de sistemas, sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e serviços técnicos especializados em dados e gestão da informação.
6. Cabe ressaltar que a CONTRATADA que proverá a solução de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação não poderá ser a mesma de outros certames desta STI, conforme Art. 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 95/2022:

"Art. 4º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização."

7. O art. 40, V, "a" da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, determina que o planejamento de compras deverá observar aos princípios da padronização, considerada a compatibilidade de

especificações técnicas ou de desempenho. Contudo, a presente contratação não encontra similaridade com os itens padronizados disponíveis no catálogo eletrônico de padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Sendo assim a contratada deve seguir os padrões tecnológicos da STI a seguir.

8. Os serviços de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação perpassarão todas as áreas internas da STI, conforme figura abaixo



Arquitetura de Serviços da STI

9. Abaixo segue o modelo da arquitetura de serviços sugerido pela STI e onde os serviços de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação atuarão:



Modelo de remuneração

10. Como amplamente exposto e justificado no estudo "Contratação de serviço de desenvolvimento de software com práticas ágeis" (16286815), elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e adotado, atualmente, por vários órgãos, incluindo este Ministério, entende-se oportuno e conveniente que o mesmo modelo de remuneração seja adotado para contratação em tela. Do referido estudo, destaca-se à seguinte conclusão:

"Não se conhece métrica associada a produto de software com características esperadas para utilização em desenvolvimento ágil e que seja apropriada para fins de remuneração."

11. Na mesma esteira, destaca-se achado de auditoria onde serviços pagos nas métricas que usualmente vinham sendo utilizadas nas contratações de TI, tal como a Unidade de Serviço Técnico (UST), podem não trazer resultados satisfatórios, conforme Relatório de Auditoria TCU 015.290/2018-6, item 40:

"40. Os fatos de que há uma mesma quantidade de UST sendo executada mensalmente, de não existir análise dos indicadores estabelecidos, e de que não são verificados os resultados destas atividades leva à conclusão de que tais atividades, apesar de serem pagas em UST, não são vinculadas a resultados, contrariando frontalmente o que dispõe a Súmula 269 do TCU:

Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos."

Mais recentemente e reiterando os estudos que já vinham sendo realizados há alguns anos, o Tribunal de Contas da União (TCU), após auditoria em 55 (cinquenta e cinco) contratos de TI entre 2019 e 2020, constatou: deficiência na estimativa de preços da UST, dimensionamento do quantitativo da UST baseado em parâmetros injustificados e impossibilidade de preços condizentes com o mercado. Houve, ainda, a não vinculação dos serviços a resultados, além da deficiência ou inexistência de instrumentos para a necessária fiscalização contratual. Segue abaixo trecho do Acórdão nº 1508/2020–TCU–Plenário, resultante da referida auditoria:

"16. Em face dessa deficiência na estimativa de preços nas contratações em UST, do dimensionamento dos quantitativos de UST baseado em parâmetros injustificados, da incomparabilidade e da heterogeneidade das contratações, para além, ainda, da impossibilidade de avaliar a economicidade a partir, somente, dos preços unitários em si, a utilização da UST ampliaria o risco de contratações antieconômicas com o subjacente dano ao erário."

12. Ainda no mesmo sentido, o Acórdão nº 2037/2019–TCU–Plenário, do qual transcreve-se trecho abaixo, recomenda:

"9.1.3.3. avaliar, durante o planejamento da contratação do serviço de TI, alternativas à métrica UST, bem como documentar as justificativas da escolha;"

13. Logo, inexistindo até o presente momento, métrica derivada do produto de projeto de TI que, por si só, seja adequada para fins de pagamento, decidiu-se por adotar modelo de remuneração híbrido, baseado no atendimento de níveis mínimos de serviço, em harmonia com o que estabelece os órgãos de controle.
14. Em síntese, o modelo de contratação prevê que a empresa contratada proverá equipe de garantia da qualidade especializada para prestação do serviço, sob demanda, que será formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), de acordo com os projetos, processos e serviços de TI requisitados, com a composição e qualificação mínimas exigidas, e será remunerada pelos postos de trabalho mediante atendimento de níveis mínimos de serviço previstos no instrumento convocatório. Ou seja, caso haja descumprimento dos níveis mínimos de serviço, haverá desconto no valor ofertado pela contratada, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência.
15. Trata-se, portanto, do que tem sido denominado de modelo híbrido na jurisprudência do TCU, a saber: Acórdão nº 47/2013–TCU–Plenário e Acórdão nº 1.125/2009–TCU–Plenário.
16. Neste ponto, mostra-se oportuno reproduzir trecho do voto condutor do referido Acórdão nº 1.125/2009–TCU–Plenário:

"A jurisprudência do Tribunal acena no sentido da inconveniência do modelo de remuneração baseado apenas em horas trabalhadas, uma vez que essa opção não assegura a realização do objeto, o que atentaria contra o princípio da eficiência. Conforme verificado nos argumentos

apresentados pela Infraero e nos termos do citado Edital, foram definidos critérios para mensurar parte dos serviços a serem executados ('apoio técnico especializado e manutenção corretiva' e 'manutenção evolutiva, adaptativa e perfectiva'), no percentual de 46% do objeto inicialmente previsto. Contudo, não há mensuração para o restante do objeto licitado.

Verifica-se um modelo híbrido na execução dos serviços a serem contratados, já que, conforme os critérios para aceitação dos serviços, a mensuração será feita com base em horas trabalhadas e em resultados.

É possível identificar que os procedimentos adotados pela Infraero estão em consonância com os Acórdãos 667/2005-TCU-Plenário e 786/2006-TCU-Plenário, já transcritos no Relatório precedente, uma vez que a Infraero estabeleceu critérios de mensuração dos serviços, estimativa prévia do volume de serviços demandados, critérios de avaliação das especificações e quantidade dos serviços, ferramenta de acompanhamento e fiscalização e ordem de serviço.

Dessa forma, em que pese a mensuração dos serviços não se basear em remuneração por resultados, in totum, não se verifica irregularidade apta a comprometer a lisura o certame em análise".

17. Importa ressaltar que, nos Acórdãos mencionados, o TCU entendeu que tal modelo híbrido não afronta a legislação vigente, nem a jurisprudência do Tribunal para contratação de serviços de Tecnologia da Informação, pois atende à diretriz de pagamento por resultado.
18. Vale destacar, ainda, que na área de TI resultado significa a entrega de fato, a qual venha a gerar valor para o órgão, e não somente a realização de atividades que não alcancem os objetivos esperados pelas áreas de negócio.
19. O modelo de remuneração híbrido foi adotado pelo MDS nas contratações de serviços de TI, a partir de 2021, com resultados satisfatórios.
20. Dessa forma, considerando a experiência vivenciada e as lições aprendidas com a gestão de contratos nesse modelo, entende-se adequada a utilização do modelo de remuneração híbrido, baseado no atendimento de níveis mínimos de serviço, para a nova contratação dos serviços de apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação.

Prestação do serviço de forma presencial ou remota e acompanhamento por equipe da STI

21. Um dos pilares das metodologias ágeis é a comunicação eficiente e constante da equipe de execução com os demais envolvidos no projeto, como o representante da área de negócios (Product Owner – PO), o ScrumMaster ou Gerente de Projetos, Responsável Técnico, entre outros.
22. Tal fato é constatado na literatura especializada, como em Rubin, K. S. (2012) *Essen al Scrum: A Practical Guide to the Most Popular Agile Process*. AddisonWesley Professional, e também mereceu menção no Acórdão nº 2.314/2013-TCU–Plenário, conforme trechos do relatório reproduzidos a seguir:

"57. Princípio 4: pessoas relacionadas a negócios e desenvolvedores devem trabalhar em conjunto e diariamente, durante todo o curso do projeto.

57.1. No cerne desse princípio, está o acesso e a comunicação entre as pessoas da equipe que, independentemente do papel de cada uma, deve ser o mais simples possível. Ferramentas automatizadas e encontros frequentes devem ser utilizados a fim de que a transferência de conhecimento não aconteça apenas por meio de produção e leitura de documentos, e sim por meio da comunicação informal.

(...)

122. Valor 1: comunicação.

122.1. Enquanto os clientes têm visão dos problemas que desejam solucionar, os desenvolvedores dominam as técnicas que influenciam a forma de resolver o problema apresentado pelo cliente. O resultado do software é tão bom quanto a capacidade de ambos se comunicarem.

122.2. Existem diversas formas para se estabelecer essa comunicação, mas algumas se apresentam como melhores do que outras. Diálogos são mais eficazes que videoconferências que, por sua vez, são melhores que telefonemas, sendo esses mais expressivos que e-mails, e assim sucessivamente. O diálogo presencial evita que problemas de má compreensão e ambiguidades comprometam negativamente o produto final.

(...)

Comunicação direta

165. As metodologias tradicionais são também chamadas de pesadas ou orientadas à documentação. Além de detalharem as atividades que se devem executar durante o desenvolvimento do software, também incentivam a confecção de número considerável de documentos, como modelos, diagramas e especificações. Desta forma, a principal maneira de comunicação entre as pessoas é baseada em documentos formais."

166. Essa abordagem não é dispensada pelas metodologias ágeis, mas há uma valorização maior na interação direta entre as pessoas de uma equipe a fim de melhorar a transmissão e disseminação de conhecimento entre os indivíduos."

24. No caso particular do MDS, entende-se ser essencial para o sucesso da contratação o acompanhamento da prestação do serviço por equipe de servidores da STI, para garantir o respeito a padrões exigidos pelo MDS (ex: metodologia de projetos, arquitetura da solução, qualidade, metodologia de desenvolvimento, processos, segurança da informação, dimensionamento de infraestrutura, dentre outros), e também para identificar e remover eventuais obstáculos alheios à contratada que podem impactar negativamente os projetos.
25. Quanto ao risco de caracterização de vínculo empregatício entre os terceiros e o órgão público e consequente ilegalidade na contratação, não se enxerga caracterização de subordinação hierárquica entre profissionais da contratada e servidores do MDS no modelo de execução contratual ora proposto, mesmo sendo o serviço que seja prestado de forma presencial, pelos motivos expostos a seguir:
26. Primeiro, porque será exigida a indicação de preposto pela contratada para representá-la durante toda a vigência do contrato, em obediência ao art. 118 da Lei nº 14.133/2021.
27. Além disto, será obrigação deste preposto alertar o fiscal do contrato qualquer tentativa de ingerência do CONTRATANTE sobre a gestão dos profissionais de sua empresa.
28. Adicionalmente, entende-se que não há relação de subordinação hierárquica no modelo ora proposto, pelo fato de que na dinâmica de trabalho em metodologias ágeis, a comunicação, que ocorre entre a equipe de execução e os demais participantes do projeto, não é a transmissão de ordens de uma parte para outra, e sim o intercâmbio de informações.
29. É o que se refere o Acórdão nº 2.132/2010-TCU–Plenário no trecho do voto do relator transcrito a seguir:

"45. Por outro lado, não se pode negar que, sendo lícito o objeto para efeito de terceirização, o sucesso da contratação, sob a ótica da eficiência das empresas estatais, pode estar sujeito ao

intercâmbio de informações entre profissionais do quadro e da empresa terceirizada, mormente quando aqueles assumem o papel de clientes destes, a exemplo dos contratos do BNDES acima examinados.

Naqueles casos, os objetos não se referiram a atividades-fim, tampouco ficou demonstrado pela equipe relação de subordinação direta. Destarte, entendo que a existência de habitualidade e pessoalidade, sem a comprovação cabal de relação subordinativa, não implica ilegalidade do contrato de prestação de serviço."

Ou seja, conforme consta nesta mesma transcrição, não havendo subordinação hierárquica, não há de se falar em ilegalidade no contrato de prestação de serviço.

30. Ademais, com o intuito de melhor esclarecer a matéria ora discutida, cabe reproduzir trecho do voto condutor do Acórdão 1.258/2011-TCU-Plenário, onde são listadas práticas que caracterizam subordinação hierárquica, no entendimento daquele Tribunal:

"Muito embora o objeto do Contrato n.º 74/2002 fosse a prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares nas dependências da Funasa, verificou-se absoluto desvio de finalidade do contrato com a direta subordinação dos empregados terceirizados à administração da Funasa, bem como uma execução contratual marcada pelo desrespeito aos princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia.

Sobre a questão reproduzo trecho da instrução que foi destacado pelo Ministério Público por bem demonstrar o contexto em que ocorria a contratação dos profissionais terceirizados:

163. Destaca-se que, nos termos dos norma vos aplicáveis, a indicação e escolha de pessoas para a atuação no Contrato 74/2002 não poderia nem sequer passar pela intervenção dos gestores da Funasa, entretanto o conjunto de situações narradas demonstra que, de fato, a Fundação encampou a gestão dos serviços que seriam prestados pelos terceirizados, organizando e concedendo férias aos terceirizados, realizando a substituição dos funcionários em afastamentos, organizando quadro de cargos e promoções para os funcionários contratados, bem como indicando pessoas para serem admitidas, promovidas, substituídas ou demitidas pela empresa contratada, conforme detalhado às fls. 951 a 961 da instrução precedente (fl. 1655, v. 8).

Além do já mencionado no relatório vinculado ao Acórdão 3.294/2011-TCU-Plenário, cita-se outro critério para caracterizar a subordinação hierárquica, que é o de controle de horário e ausências dos prestadores de serviço por servidor público, e não pelo preposto da empresa contratada:

"Foi constatado, ainda, que o controle de horário e ausências, por exemplo, é realizado pelos gerentes dos postos, o que caracteriza uma relação de subordinação entre os funcionários terceirizados e os chefes dos postos, servidores públicos municipais comissionados."

31. Além do exposto acima, nas planilhas de composição de custos e formação de preços que serão entregues pelas empresas licitantes, ficará clara também a não-subordinação hierárquica nem a terceirização ilegal, já que todos os encargos sociais e indenizações serão pagos diretamente pela empresa contratada aos profissionais.
32. Já a previsão da possibilidade do trabalho de forma remota tem por finalidade resguardar o Ministério, caso esta modalidade se faça necessária, conforme experiência vivenciada no Contrato nº 54/2020, o regime se mostrou benéfico e adequado, sem causar qualquer tipo de prejuízo à Administração.

33. A modalidade prevista, não exclui a possibilidade do trabalho presencial, mas assegura a possibilidade de, conforme a necessidade e conveniência do órgão, permitir o trabalho remoto em regime total ou parcial.
34. Além disso, todos os critérios de medição de resultados e pagamento dos serviços são adequados à mensuração da produtividade dos trabalhadores em regime de trabalho remoto, uma vez que o sistema utilizado para controle das demandas, bem como as ferramentas de comunicação utilizadas pelo órgão permitem a interação em tempo real com a equipe de profissionais.

Conforme exposto no Relatório de acompanhamento do Contrato nº 54/2020:

As aferições realizadas durante a fiscalização mensal dos serviços não apresentam variações nos índices contratuais que afetem os parâmetros estabelecidos, conforme demonstra a Planilha de Apuração dos Indicadores, SEI nº15882409, extraída dos processos de pagamento do Contrato nº 54/2020."

35. A Nota Técnica Conjunta nº 1 /2022 (SEI 12263995) apresenta o detalhamento da experiência com o trabalho remoto durante a pandemia:

"Na avaliação da STI, o formato de trabalho remoto demonstrou ser eficiente, não sendo constatado prejuízo ao acompanhamento da execução dos serviços contratados, uma vez que as ferramentas existentes permitem interação entre os membros das equipes e a avaliação das atividades em tempo real. Além disso o ciclo de execução das demandas pode ser acompanhado em ferramenta disponível via web."

36. Vale ressaltar que a execução dos serviços de forma remota não deve gerar custos adicionais para o órgão, desta forma os eventuais custos com equipamentos ou materiais para a execução dos serviços de forma remota devem ser arcados pelo profissional ou pela contratada, cabendo a esta dimensionar eventuais custos adicionais com a infraestrutura para prestação do trabalho remoto.

Qualificação exigida dos profissionais que prestarão o serviço

37. Dentre as possíveis causas citadas por gestores para problemas ocorridos na execução de contratos de planejamento, execução, controle de qualidade de projetos, processos e serviços de TI na Administração Pública, usualmente está a qualificação insuficiente de profissionais alocados pela empresa contratada para a prestação do serviço.
38. Acredita-se que tal fato decorre, primordialmente, de dois fatores: modelo de remuneração previsto no contrato, incluindo aqui a questão de preço inexecutável, e estrutura piramidal implementada pelas empresas prestadoras de serviço. Sobre o modelo de remuneração, se discutiu o assunto no estudo consignado, citado acima, e também no item específico - Modelo de Remuneração. Desse modo, entende-se necessário maior cuidado quanto ao modelo de remuneração a ser adotado e à qualificação técnica exigida de todos os profissionais que irão prestar os serviços técnicos de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação da STI.
39. A qualificação que se entende necessária ao prestador de serviço pode ser dividida em duas partes: conhecimentos técnicos e competências comportamentais do profissional.
40. As exigências técnicas, incluindo formação acadêmica e certificações exigidas do profissional, referem-se a tecnologias e metodologias de trabalho necessárias ao planejamento, execução, controle e monitoramento de projetos, processos e serviços de TI, considerando os níveis de qualidade exigidos e práticas em uso nesta Subsecretaria.
41. Entende-se que as competências comportamentais exigidas, como proatividade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de autogerenciamento e tomada de decisão, capacidade de

comunicação, entre outros, são essenciais para o cumprimento do objeto. Este entendimento decorre da experiência prática na adoção de métodos ágeis nesta Subsecretaria, além do conhecimento adquirido por meio da literatura especializada (ex: Rubin, 2012).

42. Analisando o mercado privado de trabalho no ramo de tecnologia da informação, conclui-se que a qualificação mínima exigida (conhecimentos técnicos mais competências comportamentais) é encontrada, na maior parte das vezes, em profissionais de nível pleno e sênior, não sendo comuns em profissionais de nível inferior. Isto se dá, pois, a complexidade das plataformas tecnológicas utilizadas para o planejamento, execução, controle e monitoramento de projetos, processos e serviços de TI em soluções digitais do MDS, em conjunto com o alto nível de exigência em termos da qualidade dos produtos construídos, implica na exigência de profissional altamente qualificado.
43. Cabe ainda destacar que os profissionais da CONTRATADA poderão interagir diretamente com representantes das áreas de negócio do MDS, sendo que estes últimos poderão pertencer a diferentes níveis hierárquicos do MDS. Neste sentido, entende-se que a alta "senioridade" do profissional contratado mitigará risco de comunicação ineficiente entre as partes, o que prejudicaria o andamento do projeto e oneraria demasiadamente a equipe do MDS.
44. Ou seja, neste momento, acredita-se que a eventual economia na menor remuneração paga ao contratado não compensa as desvantagens e riscos decorrentes, como atraso e baixa qualidade dos produtos entregues, insatisfação das unidades de negócio que acabam mal atendidas, o não alcance dos benefícios esperados com o projeto, necessidade de retrabalho futuro, etc. Acredita-se, portanto, que o resultado obtido com a prestação do serviço por profissionais de TI altamente qualificados torna vantajosa a análise custo-benefício desta escolha, mesmo aumentando o valor a ser investido em virtude da necessidade de remuneração compatível.
45. Ressalta-se como benefício complementar que quanto maior o nível do profissional de TI e, conseqüentemente, da sua remuneração, menor o risco de rotatividade deste. Sabe-se que rotatividade de pessoal implica, em regra, perda de produtividade.
46. Cabe ressaltar que, é vedada a exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
47. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

Exigência de corpo técnico especializado no quadro permanente da Contratada

Disposições Gerais

48. Considerando dimensão da presente contratação, a execução contratual exigirá alta capacidade técnica, gestão integrada e padronização de processos, razão pela qual se justifica a exigência de que a empresa contratada possua, em seu quadro permanente, profissionais que garantam governança técnica e suporte especializado aos colaboradores alocados — ainda que tais profissionais não atuem diretamente no MDS, mas como estrutura de apoio técnico e metodológico da CONTRATADA.
49. A exigência é respaldada pelos seguintes dispositivos legais e orientações:
 - Lei nº 14.133/2021 Art. 67, §1º: Autoriza a Administração a exigir demonstração de qualificação técnica necessária e suficiente.
 - Art. 69, incisos I e II: Permite comprovar aptidão técnica por meio de registro profissional e de experiências compatíveis.
 - Art. 58, III: Admite condições técnicas específicas, desde que justificadas e proporcionais ao objeto.

- Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017
 - Art. 11, §§ 3º e 5º: Determina que, nas contratações com dedicação exclusiva, a Administração avalie a capacidade técnica e operacional da contratada.
 - Art. 47: Exige acompanhamento técnico e controle de qualidade continuado por parte da contratada.
 - Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU)
 - Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário: Admite exigir profissionais qualificados no quadro permanente da empresa, quando a justificativa técnica for clara.
 - Acórdão nº 2.622/2015 – Plenário: Permite a comprovação de vínculo profissional antes da assinatura do contrato.
 - Acórdão nº 2.735/2016 – Plenário: Considera legítima a exigência de equipe técnica permanente como requisito de qualificação.
 - Guia de Boas Práticas da CGU (Contratações de TIC – 2022): Recomenda avaliar a estrutura organizacional da contratada, incluindo equipe de apoio técnico.
50. Os profissionais exigidos neste Termo de Referência não precisam possuir vínculo formal com a licitante durante a fase de habilitação.
51. A comprovação de vínculo dar-se-á somente no momento da assinatura do contrato, conforme previsto:
- nos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021;
 - nos arts. 11 e 47 da IN SEGES/MP nº 05/2017;
 - nos Acórdãos TCU nº 1.214/2013, nº 2.622/2015, nº 2.735/2016 e nº 1.557/2018 (Plenário).
52. Na fase de habilitação, a licitante deverá apresentar somente:
- I – a indicação nominal dos profissionais exigidos, acompanhada de seus currículos e documentos de qualificação técnica (certificações, registros profissionais, autoria de software, etc.);
- II – declaração de disponibilidade, emitida pelos profissionais ou pela empresa, afirmando que poderão integrar o quadro permanente caso a licitante seja vencedora.
- 38.1 Não será exigida, na habilitação, qualquer forma de comprovação de vínculo trabalhista, societário ou contratual entre os profissionais e a licitante.
53. Essa sistemática visa evitar restrição indevida à competitividade, conforme entendimento consolidado pelo TCU.

Momento de Comprovação do Vínculo e Formas Admitidas

54. O vínculo dos profissionais exigidos deverá ser comprovado obrigatoriamente antes da assinatura do contrato, por meio de um dos seguintes documentos:
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), constando a empresa como empregadora;
 - Contrato Social, se o profissional for sócio da contratada;
 - Contrato de Prestação de Serviços contínuo e exclusivo com cláusula de responsabilidade técnica (sem necessidade de vínculo empregatício).
55. A contratada poderá manter profissionais em regime PJ, desde que o contrato seja contínuo e apresentado nos termos acima.

56. A ausência de comprovação do vínculo no prazo estabelecido implicará desclassificação da licitante vencedora, com convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
57. A exigência de que a empresa vencedora possua, em seu quadro permanente, os profissionais de qualificação técnica especificados é:
- Legalmente amparada pela Lei nº 14.133/2021, IN SEGES/MP nº 05/2017 e acórdãos do TCU;
 - Tecnicamente justificada, por garantir a governança, continuidade e qualidade da execução contratual;
 - Proporcional e razoável, pois os profissionais exigidos atuam como apoio à equipe de postos contratados, e não como substitutos dos profissionais alocados;
 - Essencial ao interesse público, pois assegura que o MDS receba serviços de alta qualidade técnica, sem interrupções e em conformidade com as melhores práticas de gestão e engenharia de software.
55. Assim, a exigência proposta contribui para a mitigação de riscos contratuais, o fortalecimento da capacidade técnica da contratada e a garantia da efetiva execução do objeto licitado, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e governança previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Regime de Disponibilidade e Atuação dos Profissionais

56. Os profissionais exigidos para qualificação técnico-operacional não integram a mão de obra de dedicação exclusiva do Ministério, atuando apenas como:
- estrutura técnica e metodológica da contratada,
 - suporte à governança,
 - supervisão e validação técnica,
 - orientação em casos de complexidade técnica.
57. A disponibilidade deverá ser garantida pela contratada sempre que solicitada pela fiscalização e /ou por seus funcionários alocados no ministério.
58. O regime de atuação (presencial, remoto ou híbrido) será definido de acordo com as necessidades da Administração e o planejamento da execução contratual, cabendo à contratada gerenciar a alocação e a forma de disponibilidade desses profissionais.
59. Ressalta-se que tais profissionais não integram o quadro de dedicação exclusiva de mão de obra do Ministério, servindo como referência de qualificação técnico-profissional exigida para a habilitação da empresa.

Aplicação de SLAs

60. Os indicadores de desempenho (SLAs) previstos no contrato não se aplicam aos profissionais apresentados exclusivamente para fins de qualificação técnica, uma vez que sua atuação:
- não é operacional,
 - não é contínua,
 - ocorre apenas sob demanda,
 - tem caráter técnico-consultivo e de supervisão.

61. SLAs aplicam-se apenas aos serviços e profissionais alocados em regime de dedicação exclusiva.

Alocação dos Custos na Planilha de Preços

62. Os profissionais exigidos para qualificação técnica não compõem o custo direto dos postos contratados.
63. Seus custos deverão ser incluídos como custos indiretos, incorporados ao:
- Fator-K; ou
 - taxa de administração/lucro da contratada.
64. Esse procedimento está alinhado à IN SEGES/MP nº 05/2017 e ao Acórdão TCU nº 2.861/2016 – Plenário, que estabelece:

“Os custos relacionados à estrutura de apoio técnico e gerencial, não vinculados diretamente aos postos de trabalho, devem ser tratados como custos indiretos, compondo o fator de administração ou Fator-K.”

Objetivo da Exigência

65. A exigência de que a contratada possua profissionais especializados em seu quadro permanente é:
- legalmente amparada;
 - tecnicamente justificada;
 - proporcional ao objeto;
 - essencial para assegurar governança, padronização e continuidade da execução.
66. Tais profissionais não substituem os postos contratados, atuando apenas como apoio técnico interno da contratada.

Perfis Exigidos e sua Relação com os Postos Contratados

67. A exigência de comprovação dos seguintes profissionais no quadro permanente da empresa vencedora é proporcional e necessária, pois cada um dará suporte técnico e metodológico direto aos 68 postos contratados. Esses profissionais representam a estrutura organizacional e de governança da contratada, garantindo qualidade, continuidade e aderência técnica à execução contratual.

Profissional Exigido (Quadro Permanente)	Quantidade Mínima	Perfil	Função Técnica e de Apoio à Execução	Perfis Contratados que Recebem Apoio
Gerente de Projetos (certificação PMP – PMI)	01	profissional de Gerenciamento de Projetos, que será o responsável técnico pela condução do contrato, detentor de Certificação Project Management Professional (PMP), emitida pelo Project Management Institute (PMI). A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação do certificado válido.	Gerencia o contrato, supervisiona escopo, prazos e desempenho da equipe, garantindo governança e integração com o MDS.	Analistas de Projetos e Processos; Especialista em Projetos; Gerente de Configuração de Software; Scrum Master.
		profissional com experiência em gestão de projetos ágeis, detentor de uma das seguintes certificações: PMI Agile Certified Practitioner (PMI-ACP), emitida pelo Project Management Institute (PMI), ou Certified Scrum Master (CSM), emitida		

Especialista em Metodologias Ágeis (CSM ou PMI-ACP)	01	pela Scrum Alliance. A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de certificado válido.	Apoia a adoção de metodologias ágeis, integrando práticas Scrum, Kanban e DevOps às rotinas.	Scrum Master, Analistas de Testes, Analistas de Negócios, Analistas de Governança de TI.
Engenheiros da Computação (CREA)	02	profissionais com graduação em Engenharia da Computação, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação da certidão de registro profissional.	Prestam suporte técnico de engenharia de software e infraestrutura, garantindo aderência a padrões técnicos e segurança.	Administradores de Dados, Analistas de Segurança da Informação, Analistas de Governança de TI, Especialistas em Suporte.
Arquitetos de Software (autoria registrada no INPI)	02	profissionais com experiência em arquitetura de software, com comprovação de autoria de software registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).	Definem padrões arquiteturais, modelagem e integração de sistemas complexos, apoiando toda a execução técnica.	Arquitetos de Software (postos alocados), Analistas de Desenvolvimento, Analistas de Usabilidade e Design, Gerentes de Configuração.
Profissionais de Tecnologia da Informação (nível superior)	06	profissionais com formação superior na área de tecnologia, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica que demonstrem sua participação em projetos de desenvolvimento de sistemas complexos, de escopo e características similares ao objeto desta licitação.	Apoiam tecnicamente a execução, realizando supervisão de qualidade, integração e validação de entregas.	Todos os perfis técnicos e analistas do contrato (68 postos), especialmente Analistas de Gestão de TI e Técnicos em Gestão de TI.

68. Esses profissionais não serão alocados diretamente ou para o MDS, mas deverão atuar como equipe de apoio técnico e metodológico interna da CONTRATADA, servindo de estrutura de apoio e orientação para resolução de problemas técnicos, acompanhamento de qualidade, padronização de práticas e garantia da conformidade técnica com as exigências e o objeto do contrato.

Níveis Mínimos de Serviço (NMS)

69. Na definição dos níveis mínimos de serviço, procurou-se definir indicadores e metas que favorecessem a qualidade do serviço a ser contratado, e que refletissem as diferentes dimensões de resultado inerentes a este tipo de serviço.
70. Definiu-se uma métrica denominada Índice de Prestação do Serviço (IPS) resultante de indicadores de desempenho que buscam refletir produtividade, qualidade e aderência das práticas adotadas aos princípios e valores da STI, cuja metodologia de cálculo e pesos serão mais explorados no Termo de Referência deste processo.
71. Durante a execução da OS, as entregas realizadas deverão ser avaliadas e registradas para, posteriormente, embasar a pontuação do IPS.
72. Os níveis mínimos de serviço serão compostos por três dimensões: avaliações de produtividade, de qualidade e de comportamento.
73. Estes índices serão atendidos pela empresa contratada na prestação dos serviços. As respostas às perguntas das avaliações do Responsável Técnico e Responsável Requisitante deverão ser

registradas. Cada um dos itens avaliados terá uma escala de pontos variando de 1 a 4, sendo: 4 a nota mais alta e 1 a nota mais baixa. As regras de cálculo e pesos e de descontos impostos à contratada por baixa avaliação serão detalhadas no Termo de Referência desta contratação.

74. Nada impede que a equipe da STI, com o amadurecimento do processo, opte por modificar ou acrescentar novas perguntas ao questionário, o que será comunicado formalmente à contratada.
75. Cumpre apontar que a STI não dispõe de um histórico de medições de produtividade dos seus profissionais internos, mas que, com o decorrer do futuro contrato, a STI criará um histórico de medições e ainda poderá revisar estes valores-base de produtividade e qualidade, caso necessário.
76. Mais detalhes da metodologia a ser utilizada nas medições de qualidade e respectivos pesos na fórmula de cálculo do IPS serão oportunamente demonstradas no Termo de Referência deste processo.

Taxa de Ocupação dos Postos de Trabalho

77. Juntamente com a aferição do Índice de Prestação do Serviço (IPS) será verificada a Taxa de Ocupação dos Postos de Trabalho - TOPT dos membros da equipe técnica da CONTRATADA previstos na Ordem de Serviço.
78. A TOPT será calculada dividindo-se a ocupação efetiva dos postos de trabalho (em dias-profissional) pela ocupação total prevista para este período (também em dias-profissional).
79. O MDS, a seu critério, poderá desconsiderar o período de não ocupação de posto de trabalho para efeito de aferição da Taxa de Ocupação dos Postos de Trabalho (TOPT), caso o profissional que ocupe regularmente o posto, se ausente por razão que não enseje desconto salarial, de acordo com a legislação trabalhista vigente.
80. O cálculo para se alcançar a Taxa de Ocupação da equipe de desenvolvedores será detalhada no Termo de Referência.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

1. A presente contratação visa aprimorar a gestão, melhoria dos processos de trabalho, da tecnologia da informação e dos serviços ofertados às áreas finalísticas, alinhando-os às diretrizes atuais do Ministério.
2. Conforme levantamento de valores realizado pelos Integrantes Técnicos Requisitantes, verificou-se que, com a utilização dos valores do Mapa de Pesquisa Salarial, bem como do fator-k nas respectivas estimativas, o montante calculado no presente estudo está de acordo com os valores atuais praticados no mercado.

17. Não parcelamento da contratação

1. O art. 47, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, determina que as compras efetuadas pela Administração serão divididas em parcelas quando se comprovarem técnica e economicamente vantajosa, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
2. Entretanto, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais é prática comum nesse setor de serviços, as atividades serem executadas por uma única empresa contratada, pois os serviços estão intrinsecamente ligados e o desmembramento

destes serviços em grupos diferentes poderia trazer grande dificuldade na prestação dos serviços por parte de diferentes empresas contratadas, causando assim a dessincronização na execução das atividades.

3. Além disso, o quadro de servidores da STI já se mostra insuficiente para comportar a gestão e fiscalização de todos os contratos sob sua responsabilidade. Cada novo contrato implica a designação de, ao menos, seis servidores da área de TI e dois da área administrativa. O parcelamento da contratação pode sobrecarregar ainda mais os servidores, gerando um custo administrativo para o órgão.

18. Levantamento de Perfis e Salários

1. Foi realizada pesquisa de mercado com o objetivo de levantar os salários praticados cujo perfil profissional é semelhante ao aqui demandado. A pesquisa realizada consta no documento Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 17918851), e levou em consideração entes públicos, mídia especializada (consultorias) e sítios eletrônicos de referência, utilizando metodologia estabelecida na Instrução Normativa (IN) nº 65, de 07 de julho de 2021. A documentação da pesquisa foi registrada no referido documento.
2. Com base neste resultado, obteve-se valor médio salarial para cada perfil profissional, contudo considerando que a contratação possui perfis similares aos dispostos na Portaria SGD/MGI nº 6.040, de 11 de agosto de 2025, que atuarão no apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software e na Portaria SGD/MGI Nº 6.055, de 26 de agosto de 2025, que atuarão no apoio à garantia da qualidade, gestão e governança de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TI, foram utilizados os mapas de pesquisa salarial e fato-k de referência divulgados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para a fixação de limites salariais mínimos na contratação em tela.

ID	PERFIS	NÍVEL	REMUNERAÇÃO MÍNIMA	FATOR-K (MÁXIMO ACEITÁVEL)
1	Administrador de Dados	Sênior	R\$ 11.345,67	1,97
2	Analista de Governança de Dados	Sênior	R\$ 10.800,36	1,98
3	Analista de Governança de TI	Sênior	R\$ 11.227,93	1,98
4	Analista de Negócios	Sênior	R\$ 11.227,93	1,98
5	Analista de Segurança da Informação	Pleno	R\$ 9.716,67	1,99
6	Analista de Segurança da Informação	Sênior	R\$ 15.056,97	1,95
7	Analista de Testes	Sênior	R\$ 11.081,16	1,98
8	Analista de Usabilidade e Design	Sênior	R\$ 12.516,67	1,97
9	Analista em Gestão de Serviços de TI	Pleno	R\$ 7.384,26	2,04
10	Analista em Gestão de Serviços de TI	Sênior	R\$ 10.333,33	1,98

11	Analista de Projetos e Processos	Sênior	R\$ 11.227,93	1,98
12	Arquiteto de Software	Sênior	R\$ 18.542,27	1,94
13	Especialista em Projetos	Especialista	R\$ 15.048,00	1,95
14	Especialista em Suporte	Especialista	R\$ 17.851,64	1,94
15	Gerente de Configuração de Software	Sênior	R\$ 15.750,00	1,95
16	Scrum Master	Sênior	R\$ 11.966,67	1,97
17	Técnico em Gestão de TI	Técnico	R\$ 6.567,23	2,06

19. Conta vinculada

Justificativa para previsão de conta vinculada

- De acordo com a matriz de risco da contratação, bem como em consonância com o art. 18 da IN /SEGES nº 05/2017, que dispõe que para as contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, destacamos que a justificativa para utilizar uma conta vinculada está relacionada à garantia do cumprimento de obrigações trabalhistas e sociais, além de assegurar a segurança jurídica:
 - Garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas e sociais;
 - Assegurar a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato;
 - Mitigar a responsabilização da Administração Pública;
 - Garantir reserva financeira para cobertura de determinadas obrigações trabalhistas; e
 - Assegurar uma transação financeira com garantia para todas as partes envolvidas no processo."

20. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome tem um volume de demandas por serviços de TI suficiente para manter um fluxo contínuo de trabalho na prestação de serviços de TI. Com a contratação em tela pretende-se ampliar qualidade e a capacidade de entrega de soluções de TI, atendendo mais demandas tempestivamente, e auxiliando na intensificação do uso de TI como instrumento de inovação, de transformação dos processos produtivos e de incremento da produtividade, além de colaborar com a transparência governamental e a prestação de serviços digitais.
- São objetivos desta contratação:
 - Definir, manter e melhorar continuamente os modelos, padrões e procedimentos técnicos visando a adequação funcional, a eficiência de desempenho, a interoperabilidade, a usabilidade, a confiabilidade, a segurança, a manutenibilidade e a portabilidade dos sistemas de informação, de integração de dados e de *Business Intelligence*;
 - Definir, manter e melhorar continuamente os modelos, padrões e procedimentos técnicos visando garantir a cadeia de valor para serviços, incluindo: o planejamento, o aprimoramento, o engajamento das pessoas, o desenho e a transição, a obtenção e a construção, a entrega e o suporte dos serviços de tecnologia da informação;
 - Definir, manter e melhorar continuamente os modelos, padrões e procedimentos organizacionais;

- Verificar a conformidade dos produtos elaborados pelas equipes técnicas aos modelos e padrões definidos;
- Apoiar as equipes técnicas na elaboração de seus produtos, sejam operacionais ou de projetos;
- Garantir a qualidade dos dados corporativos;
- Apoiar as equipes técnicas na elaboração de seus modelos de dados, sejam nos produtos operacionais ou nos de projetos;
- Verificar a conformidade dos procedimentos pelas equipes técnicas;
- Implementar os processos de gerenciamento de serviços.

3. Além disso, pretende-se:

- Permitir que os servidores da STI possam se dedicar mais às atividades de planejamento, coordenação e controle, em consonância com o Decreto Lei 200/67, Art. 10;
- Disponibilizar informações técnicas confiáveis para suporte à tomada de decisão e acompanhamento de atividades;
- Manter controle efetivo pela equipe da STI de todo o ciclo de projetos de TI;
- Melhorar a gestão dos projetos de TI;
- Aumentar a qualidade dos sistemas de informação construídos no MDS;
- Melhorar o controle e acompanhamento dos prazos e redução dos riscos de insucesso dos projetos sob a gerência da Subsecretaria de TI;
- Garantir a continuidade dos negócios do MDS por meio da melhoria na qualidade das soluções de TI;
- Apoiar o desenvolvimento de soluções de TI;
- Melhorar os processos internos de fiscalização e gestão dos contratos da STI;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela STI aos clientes, com adoção das melhores práticas de mercado incorporadas à rotina diária, com processos definidos e padronizados para testes, gerenciamento de configuração e mudança, medição e mensuração;
- Aumentar o controle sobre a qualidade das soluções de TI e, conseqüentemente, do provimento e guarda das Informações;
- Prover o alinhamento estratégico com as iniciativas do MDS, garantindo a entrega de valor para que as áreas finalísticas consigam atingir seus objetivos específicos;
- Reduzir impactos para as áreas de negócio decorrentes de defeitos das soluções de TI ou da restrição de capacidade de atendimento de demandas e incidentes;
- Atender ao objetivo estratégico do MDS OEG01 - Aprimorar estruturas e mecanismos de governança e gestão.

21. Providências a serem Adotadas

1. Antes da elaboração das Ordens de Serviço (OS) para a alocação de profissionais, deverão ser verificados quais perfis atuarão presencialmente na STI/MDS para verificação da existência de:
 - Locais (bairros) em que os profissionais atuarão;
 - Mobiliário para cada colaborador (mesa, cadeira);
 - Equipamento desktop compatível com as atribuições do colaborador, bem como 2 (dois) monitores para produtividade;
 - A devida energização (tomadas), bem como cabos de rede operacionais;
2. Encaminha-se para elaboração do Termo de Referência (TR), conforme termos da Instrução Normativa (IN) SGD/ME nº 94 de 2022.

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

1. Ao analisar as soluções levantadas, conclui-se que o modelo de prestação dos serviços apresentado na Solução 3 - Contratação de serviços técnicos de garantia da qualidade, gestão e governança de Tecnologia da Informação por modelo híbrido (postos de trabalho + níveis de serviço) é a mais vantajosa para a Administração Pública, pois o modelo de contratação proposto é o mais aderente as necessidades do MDS e busca atender não só as necessidades técnico-operacionais do Órgão, como também possibilitam a melhoria da interlocução entre áreas técnicas e as áreas de negócios, tendo em vista as atividades previstas para os perfis de apoio desta contratação.
2. Portanto, a Solução 3 permite a alocação (sob demanda) para atividades rotineiras relacionadas aos perfis previstos na contratação, na condução de projetos previstos no PDTI 2023-2027 e instrumentos de planejamento futuros, pelo tempo vigente da contratação.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIANA COELHO DE MORAIS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 11:25:55.

PAULO HENRIQUE VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 15:36:06.

Despacho: APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e anexos, nos termos do art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e do art. 4º, da Portaria MDS nº 939, de 5 de dezembro de 2023.

AVELINO MEDEIROS DA SILVA FILHO

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC



Assinou eletronicamente em 22/12/2025 às 16:15:06.

